

ARTUR NUNES GOMES

UM AMOR DE 500 ANOS:
IRMANDADE E AMBIGUIDADE NAS RELAÇÕES
ENTRE BRASIL E PORTUGAL

n.º 116
Maio, 1998

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

“Um amor de 500 anos”: irmandade e ambigüidade nas relações entre Brasil e Portugal¹

Artur Nunes Gomes²

*Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal
(Fado Tropical - Chico Buarque)*

Brasil e Portugal partilharam, durante três séculos, uma história comum. Ao longo desse período, a nova sociedade que se ia constituindo foi cimentando as bases de uma identidade própria, em contraste com a identidade do país colonizador. Tal contraste gerou características peculiares nas relações entre os dois países, cuja marca principal é a ambigüidade.

Gladys Ribeiro (1994) mostra que antes mesmo da independência do Brasil esta ambigüidade já se fazia perceber. Com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, estabeleceu-se o conflito entre os portugueses recém-chegados e os locais. A referida autora observa que o próprio D. João VI, nos seus pronunciamentos em relação à contenda, já lançava mão do argumento da “unidade” entre os dois povos. Quando se referia ao “*povo*”, o Rei incluía nesta categoria os “*nativos*” e os lusos.

Mas, como aponta Ribeiro (1994: 32-35), havia clivagens tanto na concepção de “*povo*” quanto na de “*classe dominante*”. Essa clivagem era produzida por uma hierarquização racial que determinava sua posição na estratificação social. Assim, “*na visão das elites (...) existiam brancos , pretos , pardos (mulatos) e cabras (cor entre o mulato e o crioulo). Entre os “de cor”, escravos e libertos. Para os brancos, havia pobres e aqueles que receberam um certo grau de educação, e podiam, por isto, ser separados do restante do povo*”.

À época da Independência, *ser português e ser brasileiro* era, segundo Ribeiro (1994:36), “*uma questão da gerência política do Estado*”. Conceitos como o de liberdade e cidadania, para a autora, estavam, assim, ligados a interesses mais amplos. Desta forma, a adesão ao “Partido Português” ou ao “Partido Brasileiro” era menos decorrente do lugar de nascimento do indivíduo que de sua “*identidade com a terra*”.

À colonização seguiu-se o rompimento do pacto colonial que, acredita-se, ocorreu pacificamente³. No processo de independência do Brasil não houve

¹ Este trabalho, que foi apresentado em seminário do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, em 06 de maio de 1998, originou-se de um dos capítulos da dissertação de mestrado do autor, “*Sob o signo da ambigüidade: configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro*”.

² Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

nenhum rompimento de caráter revolucionário. Sintomático, neste aspecto, é o fato de que seu líder tenha sido um português, filho do rei de Portugal de então. Ainda hoje ouve-se dos portugueses residentes no Rio de Janeiro referências a este fato através do uso da seguinte expressão: "*D. Pedro I vosso, D. Pedro IV nosso*".

O sistema de governo adotado foi a monarquia, liderada pelo imperador D. Pedro I. D. Pedro II sucedeu o seu pai, até a instauração do regime republicano.

A partir de 1870, a imigração de diversos grupos estrangeiros foi estimulada pelo governo imperial. A vinda de imigrantes foi a solução encontrada pelos cafeicultores paulistas, já hegemônicos economicamente na segunda metade do século XIX, para substituir a força de trabalho escrava. Esta, por sua vez, vinha diminuindo desde o início daquele século e teve seu tráfico abolido a partir de 1850 pelo governo colonial, com a denominada *Lei Eusébio de Queiroz*. Acrescente-se ainda que a partir de 1888, com a abolição da escravatura, supunha-se que os ex-escravos teriam dificuldades de se adaptar ao mercado de trabalho livre.

Assim, por motivos econômicos e ideológicos (de racismo), dar-se-á, a partir da segunda metade do século XIX, mais particularmente, a partir de 1870, preferência ao trabalho imigrante (italiano e português, predominantemente) em detrimento do trabalho negro.⁴

Logo após a independência, foi criado o *Partido Brasileiro* que apregoava uma ruptura de fato com o ex-império. Também entre os menos favorecidos, sobretudo negros, surgiram ressentimentos em relação ao privilégio dado aos imigrantes pelo mercado de trabalho em formação, o que gerou na mentalidade brasileira um certo anti-lusitanismo, conforme nos mostra Silva (1991) e Ribeiro (1990).

Dos processos de colonização, de independência e de imigração, surgiu uma constante tensão e ambigüidade na relação entre brasileiros e portugueses no Brasil e entre o Brasil e Portugal.⁵ Não por coincidência, do ponto de vista oficial, haverá um tratamento especial *vis-à-vis* entre Brasil e Portugal. Isenção de serviço militar, igualdade nas relações trabalhistas, direito à dupla nacionalidade, assim como um reconhecimento de "irmandade" entre os dois países⁶.

³ Esta idéia da independência pacífica não é unânime. Veremos adiante a posição contrária a esta idéia, colocada por Carlos Guilherme Motta.

⁴ Em relação à hierarquização do trabalho imigrante neste período, ver Seyferth (1995).

⁵ Posteriormente, como veremos mais adiante, através de episódios recentes da história diplomática entre os dois, observa-se essa mesma tensão e ambigüidade entre portugueses e brasileiros em Portugal.

⁶ Sobre o uso da "retórica da irmandade", baseada em reinterpretções do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, como instrumento de negação dos conflitos entre brasileiros e portugueses, ver Feldman-Bianco (1995) e Gomes (1998).

"Qualquer cidadão brasileiro que, por ter nascido em Portugal, tendo também a nacionalidade portuguesa e que:

a) tenha feito serviço militar nas forças armadas de terra, mar ou ar do Brasil, ou que tenha concluído um curso oficial de instrução militar, naval ou aérea no Brasil, ficará isento de serviço militar" (Tratado regulando a isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade, de 26/09/1922, artigo I).

b)"Os benefícios, garantias e direitos estabelecidos pela legislação brasileira relativa ao trabalho, à proteção dos trabalhadores, à previdência social, à assistência, à instrução geral e profissional, serão concedidas em cada um dos dois países aos imigrantes nacionais do outro e a suas famílias, exatamente nos termos e condições em que o são seus nacionais" (Convenção de Emigração e Trabalho de 26/09/1922).

Esta tentativa de estabelecer relações de amizade e de privilégio recíprocos entre Brasil e Portugal, deu-se, também, na área cultural. Este é o objetivo do Acordo de 18 de outubro de 1924, assinado pelos dois países. Seu artigo segundo diz que:

"A mesma redução (cinquenta por cento) sobre as taxas internacionais em vigor ou que vierem vigorar nos ditos países) será concedida às publicações literárias e científicas trocadas entre as bibliotecas e instituições literárias sobre os dois países" (Acordo postal para a redução de taxas na permuta de livros e jornais, de 18/10/1924).

A mesma preocupação se observa em relação à preservação da língua Portuguesa, comum aos dois países.

"As Altas Partes Contratantes obrigam-se a estabelecer como regime ortográfico da língua portuguesa o que resulta do sistema fixado pela Academia de Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras para a organização do respectivo vocabulário, por acordo das duas academias" (Convenção ortográfica de 29/09/1943).

Dentro deste espírito de conservação cultural, Brasil e Portugal também se propuseram a oferecer bolsas de estudo para professores (*Acordo de Cooperação Intelectual de 5/12/1948, artigo III*), a realizar uma troca de *"professores universitários, assim como de revistas científicas, livros de texto, teses de doutoramento"*, e *"conceder, na base da mais completa reciprocidade, o máximo de igualdade relativamente à admissão de cidadãos brasileiros e portugueses à matrícula nas Universidades ao exercício de profissões liberais e à equiparação dos respectivos títulos acadêmicos"* (*idem, artigo IV e V*).

Além das esferas políticas e culturais, procuraram também realizar acordos de cooperação econômica.

"Cada uma das Altas partes contratantes concorda conceder aos nacionais da outra tratamento especial que equipare aos respectivos nacionais em tudo o que, de outro modo, não estiver diretamente regulado nas disposições constitucionais das duas nações, quer na esfera jurídica, comercial, econômica, financeira e cultural, devendo a proteção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais" (Tratado de Amizade e Consulta de 16/11/1953, artigo II).

É assim que:

"No campo comercial e financeiro, levado em conta as circunstâncias do momento em cada um dos países, as Altas Partes contratantes concederão todas as possíveis facilidades no sentido de atender aos interesses particulares dos nacionais da outra parte" (idem, artigo III).

"O tratamento especial consignado neste tratado abrangerá não só os portugueses que tenham domicílio em território brasileiro e os brasileiros que o tiverem em território português, mas também os que nele permanecerem transitoriamente."(idem artigo IV).

Acrescentando ainda que:

"As Altas Partes Contratantes (...) permitirão a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil aos nacionais da outra parte, observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e proteção da saúde pública"(artigo VI).

Em consonância com acordos anteriores e como prolongamento dos mesmos, realizou-se entre Brasil e Portugal um "Acordo sobre turismo", no qual se prevê que:

"Cada uma das Altas Partes Contratantes permitirá a entrada em seu território, com isenção de direitos alfandegários, de bagagem e objetos de uso pessoal de turistas nacionais da outra Alta Parte Contratante, nos termos da legislação em vigor"(artigo V).

Outro acordo, de 9 de Agosto de 1960, facilitou a concessão de passaporte *vis-à-vis* sem a exigência de visto consular, quando na permanência de não mais de seis meses (com exceção dos que forem exercer qualquer tipo de atividade profissional remunerada ou não) (artigos I a V).

O "Acordo sobre Vistos e Passaportes", artigo IV, é explicitado na "Convenção sobre Igualdades de Direitos e Deveres" de 7/7/1971, ao conceder "o gozo de direitos políticos" no estado de residência (artigo VII), a sujeição às mesmas leis penais do Estado em que cada cidadão estiver residindo (art. VII),

bem como a permissão para utilizar modelos de documentos de identidade comuns aos nacionais de cada país (art. VIII)⁷.

Além da cooperação política, cultural, turística e diplomática, a que os acordos diplomáticos se referem, existe também um outro relativo à cooperação econômica, afirmando que:

"As Partes Contratantes encorajarão e procurarão desenvolver mutuamente a cooperação econômica e industrial entre as instituições organizadas e empresas interessadas nos respectivos países (art. I), incentivando atividades como:

- 1) realização conjunta de estudos e projetos de desenvolvimento industrial, agrícola e outros setores;*
- 2) construção de novas instalações industriais ou ampliação e modernização das existentes, e realização conjunta de projetos de exploração, aproveitamento de recursos naturais e da transformação de matérias primas;*
- 3) constituição de sociedades mistas, respeitando a legislação dos dois países, de produção, comercialização e financiamento, especialmente sob forma de "joint-ventures";*
- 4) conclusão de acordos interbancários e concessão de condições de crédito preferências, tendo em conta a legislação vigente nos dois países e os respectivos compromissos internacionais, com vistas de facilitar a implantação das ações previstas no presente acordo;*
- 5) promoção, no âmbito de acordos específicos, das ações adequadas para facilitar e desenvolver o tráfego marítimo e aéreo entre os dois países;*
- 6) participação em feiras, eventos e atividades similares que se realizem nos dois países;*
- 7) colaboração entre organismos oficiais competentes em matéria de turismo, com o objetivo de promover e intensificar as correntes turísticas entre os dois países; e*
- 8) colaboração com vistas ao desenvolvimento de relações entre empresas para a realização de estudos de viabilidade.(art. III).*

O turismo, que já era facilitado, é ainda mais incentivado no "Acordo sobre Dominação Turística", de 03/02/1981. De acordo com as recomendações da Conferência das Nações Unidas de 1963, diz que:

"As Partes Contratantes fomentarão e apoiarão, através de organismos oficiais de turismo e com base no benefício recíproco, a colaboração entre empresas públicas e privadas, organizações e instituições dos dois Estados, no campo do turismo " (art. II), acrescentando que: "As partes contratantes procurarão facilitar e simplificar quanto possível as formalidades aplicadas ao ingresso

⁷ Lembramos que este acordo foi utilizado pelos portugueses residentes nas colônias portuguesas na África que, após sua independência, migraram para o Brasil.

de turistas de ambos os Estados" (art. III), realizando ainda procedimento no sentido de:

a) assistência mútua em campanhas de publicidade e promoções turísticas;

b) intercâmbio de informações sobre legislação, dados estatísticos e planejamentos turísticos;

c) coordenação e preparação de programas visando o incremento de fluxos turísticos para os dois países.(art. IV).

d) realizações de bolsas de turismos periódicas, alternadamente em cada um dos países, visando à divulgação da oferta turística de expressão luso-brasileira;

e) atividades que possam ser desenvolvidas conjuntamente em acontecimentos internacionais de turismo;

f) formas de promoção conjuntas em mercados externos (art. V).

Em 1991, criou-se um protocolo, em Brasília, com a finalidade de desenvolver um programa de comemoração do 5º Centenário da chegada de Cabral ao Brasil, no ano 2000, considerando que:

"a partir da chegada de Pedro Álvares Cabral, se desenvolveu importante processo de encontro de povos e culturas com papel preponderante na formação da civilização atlântica, matriz da modernidade(...) que se formou(...) a partir do Atlântico, uma cultura e uma civilização de que os povos do Brasil e Portugal são agentes diretos(...) que tal civilização se desenvolve a partir das navegações com espaço de convivência econômica, social e cultural(...) que as comemorações da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil marca momento importante da história dos outros países(...)"(Protocolo de 07/04/1991)"

Sendo assim, o artigo primeiro do protocolo anteriormente mencionado diz ter por objetivo,

"Desenvolver, ao longo da presente década (1991/ 2000), um programa comemorativo dos 500 anos da viagem de Pedro Álvares Cabral que, conferindo uma forte dimensão cultural no relacionamento entre Brasil e Portugal, contribua de forma decisiva para a projeção da comunidade luso-brasileira no aproximar do terceiro milênio".

Constitui-se, então, uma comissão Bilateral Executiva para apresentar um conjunto de programas anuais de projetos e ações específicas, a fim de dar exequibilidade ao referido artigo I. O período de atividade desta comissão foi previsto, segundo o protocolo, até 31 de dezembro do ano 2.000.

Apesar do que afirmam os referidos decretos e protocolos diplomáticos, as relações entre Brasil e Portugal *vis-à-vis* e a relação entre brasileiros e portugueses no Brasil ou em Portugal, nem sempre se pautaram pela "irmandade" entre os países e os atores sociais.

Já mencionamos anteriormente a tensão no relacionamento entre portugueses e brasileiros, logo após a independência do Brasil, a abolição da escravidão e o processo de imigração da força de trabalho estrangeira, constituída em grande parte por portugueses. Procuraremos analisar agora os conflitos diplomáticos ocorridos entre Portugal e Brasil, desencadeados pelo tratamento diferenciado (com discriminação) de Portugal a turistas brasileiros, a partir do início da década de 90.

Os motivos pelos quais recrudesceram as relações entre Brasil e Portugal, e conseqüentemente entre brasileiros e portugueses, pelo que podemos inferir da leitura de diversos jornais, bem como da observação dos fatos que marcaram esta crise diplomática foram: 1) A integração européia, à qual o governo português aderiu tendo, por isso, que seguir os mesmos princípios diplomáticos do restante da Europa. Esta vem impondo severa vigilância aos imigrantes que, se antes serviam de mão-de-obra barata para serviços que o europeu não exercia, agora, quando problemas econômicos elevaram a taxa de desemprego para 10%, tornaram-se indesejáveis, uma vez que concorrem com os trabalhadores nacionais na disputa por trabalho nesses países; 2) o caso particular do mercado de trabalho português, bastante limitado pelas próprias dimensões, assim como a crise brasileira da década de 80 (a denominada década perdida) que se prolongou no início da década de 90, e ainda o impacto de determinados setores do capital nacional brasileiro (às vezes associados a algum capital internacional), como por exemplo no setor das comunicações, que exportou grande parte da sua produção e trabalhadores para Portugal; 3) o nacionalismo e o etnocentrismo, para não dizer racismo e xenofobia, que vêm a acompanhar este processo como uma resposta primeira a que se apegam populações e governos quando ocorrem os dois processos mencionados nos itens 1 e 2.

A partir da década de 1980, Portugal torna-se um país atrativo para os brasileiros, seja pela suposta facilidade de integração por terem uma língua comum, seja pela possibilidade de servir *como "porta de entrada para a Europa"*⁸.

⁸ Esta expressão, utilizada em diversos depoimentos, traz em si mesma uma postura preconceituosa em relação a Portugal, desconsiderando os inegáveis avanços e conquistas da sociedade portuguesa nas duas últimas décadas.

Isto se deve à condição semi-periférica de Portugal no atual contexto de globalização mundial, ou seja, sua atual situação central em relação às suas ex-colônias africanas e periférica em relação aos países centrais.

Mas foi sobretudo a partir de 1992 que cresceu a resistência de Portugal à imigração brasileira. O caso mais famoso foi o da disputa pelo mercado profissional dos dentistas, resolvida mediante uma *"forma conciliatória, pela qual alguns dentistas formados no Brasil conseguiram registro em Portugal"* (Folha de São Paulo, 01/02/93).

Menciona a reportagem supra-citada que:

"A solução não resolveu o problema de centenas de dentistas formados no Brasil que pela falta do reconhecimento do seu diploma continuam trabalhando como empregados de portugueses "responsáveis" pelo trabalho, criando um lucrativo negócio baseado num problema jurídico."

A reportagem ainda arrola uma série de casos de discriminação de brasileiros em Portugal, como por exemplo, o endurecimento das *blitz* realizadas por funcionários públicos em locais de trabalho de brasileiros ainda sem visto de residência.

Depois do *"caso dos dentistas"*, houve muitos outros exemplos de restrições à imigração brasileira em Portugal. Além da referida recrudescência da vigilância a brasileiros não legalizados em Portugal, ocorreram episódios em alfândegas e aeroportos, como o caso de onze brasileiros que foram barrados no aeroporto de Lisboa, confinados, *"tendo que dormir no chão de um aposento, recebendo uma única refeição por dia, até que fossem repatriados"* (Folha de São Paulo, 31/01/93). Aqui, o drama social (Turner, 1974), atingiu seu clímax.

O ministro das Relações Exteriores de então, Fernando Henrique Cardoso, condenou a atitude das autoridades alfandegárias portuguesas e cobrou do governo português a punição dos funcionários responsáveis pelos atos de discriminação. Lembrou que tal atitude comprometia o princípio de reciprocidade que deveria reger as relações entre os dois países e admitiu endurecer o tratamento dispensado aos portugueses no Brasil. Entre as medidas que poderiam ser tomadas incluía-se a revisão do acordo de imigração com Portugal, datado de 1980.

Em 03/02/93, é assinado pelo presidente brasileiro Itamar Franco um decreto alterando a Lei 86.751/81 - a "Lei dos Estrangeiros", retirando o privilégio dos portugueses de entrarem no Brasil como turistas e obterem após cinco anos o visto permanente. Tal medida, para o chanceler brasileiro, não caracterizava retaliação: *"É reciprocidade. Não convém que tenhamos gestos de generosidade"*

sem reciprocidade(...). É aconselhável que os portugueses demonstrem vontade de resolver essa questão, que está incomodando, vamos ser claros."

Vejam, ainda, alguns outros episódios desta "crise diplomática". 1) Carlos Encarnação, secretário adjunto de Estado de Portugal, exime seu governo de responsabilidade pela acomodação dos onze brasileiros detidos no aeroporto de Lisboa alguns dias antes; 2) O Itamaraty relata ao presidente Itamar Franco que os brasileiros barrados no aeroporto preenchiam o requisitos para entrar em Portugal; 3) Mais duas brasileiras são barradas em Lisboa; 4) O embaixador Português no Brasil, Leonardo Mathias, fala dos barrados como "vagabundos" e "mulatinhas" simpáticas de mini-saia; 5) Uma família de brasileiros é barrada em Lisboa; 6) O presidente do Brasil convoca o embaixador português e protesta contra suas declarações; 7) O presidente de Portugal, Mário Soares, critica seu próprio governo, liderado pelo primeiro ministro Cavaco Silva (de outro partido).

Tais episódios acabaram por criar uma situação crítica entre Brasil e Portugal e, conseqüentemente, entre brasileiros e portugueses. Além das referidas declarações das autoridades de ambos os países, os jornais brasileiros, quer em editoriais, quer em reportagens, também realizaram uma retaliação a Portugal.

"O ressentimento idiota que os disfarçados fascistas portugueses têm em relação ao Brasil, como se seu país e sua gente é que houvessem sido explorados e massacrados pelo colonialismo, tem difundido um clima hostil aos brasileiros. (Jânio de Freitas in Folha de São Paulo, 28/01/93).

Observamos que a relação de "comunhão histórica" citada nos tratados diplomáticos é agora, pelo jornalista Jânio de Freitas, classificada como "exploração", dizendo que o tratamento dado aos turistas brasileiros parecia até indicar que esta relação está invertida (que o colonizado e explorado teria sido Portugal), o que recoloca a questão da "comunhão histórica", no linguajar diplomático, e reintroduz uma questão insolúvel, que é a da "dívida da exploração colonial", por si mesma irre recuperável. Até por isso mesmo, esta questão é levada à baila apenas em momentos críticos da relação Brasil/Portugal, brasileiros/portugueses.

O jornalista brasileiro denominou a atitude do governo português para com os turistas brasileiros de "*ressentimento idiota*", considerando os portugueses, ainda, como "*fascistas*". De outro lado, por parte das autoridades portuguesas, bem como por uma parte da população portuguesa, os turistas ou residentes em Portugal também foram denominados de forma discriminatória como

"vagabundos" e "mulatinhas", conforme a afirmação supra-citada do embaixador português no Brasil.

Enquanto os jornais brasileiros criticavam a atitude de Portugal para com os brasileiros turistas e residentes naquele país, destilando um ressentimento quanto à "exploração colonial" do passado, como ficou patente nas declarações de Jânio de Freitas, utilizando-se inclusive das palavras ofensivas e discriminatórias como "idiota" e "fascista" para denominar tanto os portugueses em geral, como a atitude das autoridades portuguesas, estas negam qualquer discriminação utilizando-se também de palavras discriminatórias como "vagabundos" e "mulatinhas". Cabe lembrar que estas denominações são quase tão antigas quanto o próprio processo colonial; no início do século o mercado de trabalho no Brasil discriminava negros e mulatos de um lado e, de outro, denominava de "vagabundo" estes mesmos negros e mulatos que, em sua maioria, não encontravam iguais condições de disputa do mercado de trabalho frente aos imigrantes.

Por outro lado, jornais da "comunidade" portuguesa no Brasil tentavam amenizar o desconforto da situação apelando para a questão da tradição e amizade entre os dois países.

O *Voz de Portugal* de 15 de maio de 1992, alguns meses depois dos mais críticos acontecimentos que desencadearam a crise diplomática Brasil-Portugal, apresentava a manchete: "*Casal em crise que se ama há 500 anos.*" A reportagem afirma que: "*Este atraso na concessão de visto de residência deve-se, aos dados do serviço não terem capacidade para responder a todos os casos em tempo útil.*"

Mais adiante, nessa mesma reportagem, afirma que:

"Com efeito, a entrada de brasileiros em Portugal começa a ser condicionada. Cumprindo os termos da convenção, o Serviço de Fronteiras só reconhece o direito de entrada ao brasileiro que chegar na condição de turista ou que desembarque já com o visto, razão pela qual está recomendando que as pessoas providenciem este documento ainda no Brasil(...). Portugal salvaguardou os seis meses de permanência, mas exige que os brasileiros satisfaçam as condições previstas no artigo 5 da Convenção de Schengen, aderindo, desta forma, às imposições impostas pela Comunidade Européia aos estrangeiros".

Na realidade, apesar dos "panos quentes", o jornal português "dava com uma mão e tirava com a outra". Ou seja, reafirmava o "amor de 500 anos", mas

dizia que, por outro lado, Portugal aderiria às restrições a estrangeiros preconizadas pela Comunidade Econômica Européia, tocando no nó górdio da questão.

Uma volta à preconização da reciprocidade, apesar da advertência à referida restrição à imigração, vemos na reportagem, "*Ninguém Arranha Amizade entre Brasil e Portugal*", citada a seguir:

"Desde que ocupa o palácio de Belém, o presidente Mário Soares mantém regularidade de vir todos os anos ao Brasil. Desta vez o presidente desembarca sob o signo da reconciliação. Firme em seus propósitos e com fé inabalável de que a amizade que une as duas pátrias, outra vez, ele alcançou os objetivos. Descartando todas as desavenças, Mário Soares foi aclamado e clareou todas as dúvidas pelos locais por onde passou. No Rio, em Curitiba, em Brasília ou na Bahia. Distribuiu carinho e recebeu amor. Condecorou e foi condecorado. Garantiu a força da língua lusa e a irmandade dos países que a usam. De volta a Portugal, missão cumprida, Mário Soares deixou aqui uma mensagem inabalável.: "Ninguém arranha a amizade entre Brasil e Portugal"(Voz de Portugal, 25/03/94).

O jornal *Voz de Portugal*, tal como a diplomacia brasileira e portuguesa, bem como alguns jornais e/ou revistas brasileiras, parecem estar sob o signo de uma ambigüidade. De um lado afirmam a amizade histórica, "de 500 anos", de outro, justificam a atitude de Portugal tanto pelo fato deste querer entrar na Comunidade Européia, tendo que seguir por isso suas regras, como porque, devido ao seu fraco desenvolvimento econômico, quer defender seu mercado de trabalho da imigração brasileira. Assim, passa a realizar oficial e extraordinariamente uma política de restrição que, de um lado, fere o princípio da reciprocidade estabelecido em acordos (históricos, diriam os próprios diplomatas, como disseram acerca da amizade entre Brasil e Portugal) e, de outro, as próprias regras do direito internacional, a se considerar a opinião de uma especialista na questão, publicada na *Folha de São Paulo* de 17 de fevereiro de 1993:

"Portugal cometeu uma infração internacional ao maltratar os brasileiros", na opinião da professora de direito internacional da USP, Georgette Nacarato Nazo. Feriu também a convenção de Viena, que ratificou em 1980, por não ter "denunciado" o tratado com o Brasil, assinado em 1972(...). A convenção de Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasil e Portugal. n. 70.391/72, entrou em vigor em 12 de abril de 1972. Ela estabeleceu igualdade de

direitos políticos para brasileiros e portugueses. Funcionou até agora. O principal requisito para o reconhecimento destes direitos era a residência permanente do estrangeiro - brasileiro ou português - no outro país por cinco anos(...). No próximo dia 13, termina o prazo para os brasileiros que vivem em Portugal apresentarem o pedido de regularidade de sua permanência. Para Georgette, Portugal tem o poder de autodeterminação para permitir ou não a entrada de brasileiros, por causa da soberania, mas não poderia ter desrespeitado os "barrados", deixando-os sem condições mínimas de hospedagem. "A atitude agressiva das autoridades portuguesas parece estabelecer discriminações contra os brasileiros". Segundo ela, a atitude dos policiais é injustificável, atribuindo ao fato do nervosismo causado pela possibilidade de muitos deles perderem seus empregos num futuro próximo. "A União Européia torna muitos postos fronteiriços inúteis."

No entanto, como observamos em relação a outros momentos históricos da relação Brasil-Portugal, em situações de crise a retórica da irmandade se acentua como instrumento de conciliação, reduzindo os conflitos a "problemas familiares".

Notamos isto no processo de independência do Brasil, quando se produziu um sentimento anti-lusitano, durante o processo de formação do trabalho assalariado, após a abolição do trabalho escravo, conjugado ao processo de imigração e agora, quando se verifica um forte contingente emigratório de brasileiros para Portugal colocando brasileiros e portugueses em competição no mercado de trabalho, decorrendo daí uma pressão por parte do governo português no sentido de restringir a entrada de trabalhadores brasileiros em Portugal.⁹

Sobre este pano de fundo é que vêm à tona os casos episódicos como o dos dentistas brasileiros que não conseguiram registro para trabalhar em Portugal, os maus tratos aos turistas, com exigências nunca antes requeridas, bem como o desrespeito ao alojar indevidamente turistas brasileiros no aeroporto de Lisboa e outros casos.

Quando isso ocorre, num primeiro momento, tem-se por consequência um conflito, com imagens recíprocas negativas¹⁰, tais como as denominações de

⁹Vale ressaltar que, em muitos casos, o que a imprensa brasileira noticia como "expulsão de brasileiros em Portugal", trata-se, na verdade, do impedimento da entrada de pessoas que não possuem as condições requeridas para a entrada no país.

¹⁰Nelson Vieira (1991) aponta para a recorrência de estereótipos presentes no senso comum e na produção literária brasileira e portuguesa que produzem uma "imagem falsa" de ambos os países.

portugueses referindo-se a brasileiros como "vagabundos" e "mulatinhas", e internamente (em Portugal) a criação das chamadas "piadas de brasileiros" (*Revista Veja*, 08/08/90) que, como já vimos, são imagens a que se recorre sempre em momentos de crise. E também os brasileiros referindo-se a portugueses como "burros" (as chamadas "piadas de português" apresentam este personagem, regra geral, como uma pessoa pouco inteligente), "idiotas" ou "fascistas" (vide reportagem citada de Jânio de Freitas), além da ameaça de retaliação. Num segundo momento reafirma-se a denominada "irmandade", "história em comum", etc. Aí, lembram-se acordos anteriormente mencionados, procurando relativizar a crise e o preconceito subjacente a ambos os lados, mas que só emergem nos momentos de crise.

Como se percebe, existe uma constante tensão e ambigüidade entre os dois países. Do ponto de vista diplomático, as duas nações apresentam-se como irmãs, com comunhão de três séculos de história, esquecendo-se que o referido período de "comunhão" foi marcado pelo colonialismo e pela exploração econômica, havendo, por isso mesmo, uma constante rivalidade entre estas duas nações.

No período acima referido, vemos que uma relação estrutural básica se repete a cada episódio. Há um episódio de crise diplomática, desencadeado pelo tratamento discriminatório dos portugueses para com os turistas e residentes brasileiros em Portugal que, conforme observamos, gera, a um primeiro momento um conflito, com trocas de preconceitos e imagens negativas de ambas as partes. Em seguida, os atores sociais (particularmente as Altas Partes Contratantes, para usar as denominações dos acordos e tratados entre Brasil e Portugal), tratam de evocar os laços afetivos que unem os dois países, assim como a ideologia a eles subjacente, qual seja, a negação do conflito (passado e presente) para que não haja conflito futuro. Porém, em vez de resolverem as diferenças de fato existentes, abafam-nas, relegando-as para a próxima crise episódica que surgir.

Sobre este aspecto, algumas vozes na imprensa fugiram do lugar comum do "deixa disso", ao mesmo tempo que não acirraram as contradições através de preconceitos que, ao invés de esclarecer a questão mais a obscurece, contribuindo para a perpetuação da ambigüidade sobre a qual se move esta relação.

Uma destas vozes é a do historiador Carlos Guilherme Motta. Em artigo de 16 de julho de 1995, afirma o historiador:

"Temos, brasileiros e portugueses, afinidades e interesses comuns nos quadros da chamada globalização? Será Portugal de fato nossa porta de entrada para a Europa? E que pensar de uma comunidade Afro-Luso-Brasileira, como propunha, já em 1945 no

Congresso dos Escritores, notável historiador Jaime Cortesão, exilado no Brasil?(...)"

"Esse nosso mundo 'Luso-brasileiro' se distanciou da modernidade e da democracia, imaginando ter recado 'novo' para a humanidade.(...)"

Prossegue o historiador, analisando essa "comunhão de três séculos de história" a que os acordos e tratados se referiam:

"Não vamos recordar que nossa independência - uma revolução seguida de uma contra-revolução - foi traumática e violenta, desdobramento da crise do antigo sistema colonial. Mas desde a Inconfidência Mineira, a Conjuração dos Alfaiates e a vigorosa participação brasileira nas cortes liberais em Lisboa em 1820 - quando Portugal tentou recolonizar o Brasil- e mais vários levantes de escravos durante todo o século passado, verifica-se que nossa história comum não foi nada tranqüila.(...)"

Quanto ao processo de independência diz Carlos Guilherme Motta:

"A independência abriu um abismo que até hoje não se revelou. Se avançarmos para a segunda metade do século passado, vamos encontrar uma série de confrontos e desavenças entre Portugal e Brasil. Nem mesmo Eça e Machado de Assis se entendiam bem.(...)"

"As relações Brasil-Portugal sempre foram ambíguas, daí a retórica reiterativa de desconfiada amizade. De concreto, o saldo é muito baixo. Nenhum entendimento de cooperação científica e cultural mais consistente, embora abundem fundações e centros de estudos.(...)"

"Impõe-se descobrir outras afinidades, pois a entrada dos portugueses na Comunidade Européia também não é óbvia: Portugal, país semi-periférico, continua com problemas de identidade, e não apenas cultural. Além disso há o problema da imigração daqueles pauperizados pelo colonialismo português na África, lotando o aeroporto de Lisboa(...). A civilização que o português criou bate à porta. E, hoje, como explicar nossa desinformação e silêncio face a prisão por 20 anos do revolucionário Xanana Gusmão, que defende em

Timor Leste a língua e a cultura que também são nossas?(...)"

"Vivemos uma década decisiva da história comum e, como lembrava Jaime Cortesão, atlântica. Nossa diplomacia(...) poderá formular melhor agora nossa pauta de diferenças.(...) Vamos revê-las, mais a fundo, estudar nossas diferenças culturais e históricas, envolvendo com vigor o Ministério da Cultura. Pois será a partir das complementariedades que se poderá discutir alguma nova identidade política e cultural. E, talvez, reconciliação efetiva, se possível, com menos discursos oficiais e maior intercâmbio, sobretudo de pesquisadores, intelectuais e estudantes críticos, como propõe o instituto Camões (já que o Brasil não possui órgão semelhante para a defesa crítica da nossa língua e produção cultural)(...)."

Finalizando, diz ele:

"Para além das comemorações que preparam os quinhentos anos, proponhamo-nos pesquisas em comum, colégios internacionais para receber estudantes selecionados em diversos países, intercâmbio de produtores culturais. Mas para valer. São pontos vitais para uma nova pauta que, uma vez perdido o século XX, nos redirecione no século XXI."

Poderíamos dizer que existem tantas coisas que aproximam os brasileiros dos portugueses quantas as que os afastam. Isso é uma constante em todo processo de colonização e sua respectiva herança. Há um momento em que se dá o rompimento com a metrópole, contudo, quando esse momento ocorre, a colônia já possui elevado grau de identificação com ela. Ao negar esta, nega-se a si próprio como tal. Somando-se à colonização, como já mencionamos, temos o modo como se deu a independência, segundo Carlos Guilherme Motta, constituída de um processo revolucionário seguido de um processo contra-revolucionário, de qualquer forma, menos revolucionário que os processos de independência dos outros países latino-americanos. Se, quando da independência, a influência da ex-metrópole na formação social do Brasil é marcante, tal influência continua a ser alimentada pela imigração de portugueses para o Brasil.

Talvez decorra daí a ambigüidade que se manifesta nas relações entre os dois povos, simultaneamente vistos como iguais e como diferentes. Esta posição

ambígua não se modifica nem mesmo com as transformações ocorridas na nova ordem mundial, decorrente do processo de globalização das economias.

A restrição à imigração e à circulação de pessoas, mostra-se como uma das conseqüências do processo de globalização. Neste contexto, outros países europeus, restringem e impõem exigências para a concessão de passaportes e vistos, sobretudo de permanência, em seus respectivos países, em função da disputa pelo mercado de trabalho, que se tornou mais acirrada nos últimos anos.

Por que, então, somente o caso português chama a atenção? Porque só a ele, são destinadas páginas e páginas de críticas na imprensa brasileira?

Concordamos com o editorial da *Folha de São Paulo* de 31/01/93, que "o tratamento desumano é injustificável e merece ser deplorado com veemência(...)". Contudo, é importante avaliar o tema em seu contexto mais amplo. Não se questiona o direito soberano de Portugal de vetar visitantes suspeitos. Declarações de vários repatriados, aliás, confirmam a intenção de burlar a imigração e trabalhar naquele país. O que se nota é que o controle da fronteira vem se acirrando em vários países. O Reino Unido, por exemplo, barrou 721 brasileiros em 1992 (quase dois por dia).

Faz-se alarde apenas ante o problema imigratório para Portugal devido à ambigüidade que, de resto, tem pautado muitas das atitudes das classes dominantes no decorrer da história do Brasil, cujo episódio da crise diplomática com Portugal veio apenas a apresentar a ponta do iceberg.

Outra crise se instalou em julho de 1995, quando dificuldades foram colocadas à entrada de professores portugueses no aeroporto do Rio de Janeiro, mesmo sendo eles convidados por instituições acadêmicas para proferir palestra em universidades brasileiras e participar do Congresso Luso-Brasileiro de Comunicação.¹¹

Na ocasião, o embaixador de Portugal no Brasil, Pedro Ribeiro de Menezes, como observamos na edição de 31/07/95 da *Folha de São Paulo*, chegou a pedir "esclarecimentos completos" ao governo brasileiro, dizendo-se "profundamente magoado" e acusando o governo brasileiro de ter usado os professores como "bodes expiatórios".

O chanceler brasileiro, Luiz Felipe Lampreia, reconheceu que a ação das autoridades alfandegárias brasileiras foi equivocada, pois, neste caso, não havia a necessidade do visto, já que os mesmos não estavam vindo exercer atividades remuneradas. Para ele, "*houve, no mínimo, excesso de rigor na interpretação da lei*", classificando o fato como "lamentável".

Alguns dias após, o embaixador brasileiro em Portugal, o ex-presidente Itamar Franco, pediu desculpas pelo episódio, reconhecendo que houve

¹¹ Cabe salientar que, uma semana antes do fato acima citado, o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, em visita a Portugal, havia dito que "os problemas nos aeroportos já haviam sido resolvidos".

"exagero" por parte dos funcionários da Polícia Federal do Brasil. Outra vez, temporariamente, a paz voltou a reinar entre "os irmãos".

Entretanto, o processo de globalização mundial segue em frente, acirrando os conflitos culturais. O Portugal moderno, da Comunidade Européia, para onde se deslocam imigrantes brasileiros em busca do "sonho europeu", passa a ser o lugar do conflito, diferentemente do Portugal do passado, primeiro "pátria-mãe", depois "país-irmão".

Neste sentido, parece-nos fundamental para a compreensão da limitação da "retórica da irmandade" na negociação do conflito, atentarmos para o fato de que o discurso oficial, que aparece de forma nítida nas falas das autoridades diplomáticas dos dois países, exclui o imigrante, reproduzindo uma idéia de nação que as elites têm dos dois países.

Foi este, também, o espírito do pronunciamento do presidente de Portugal, Jorge Sampaio, logo após sua eleição, no qual criticou a postura do governo anterior ao restringir a entrada de imigrantes em Portugal, notadamente os "*irmãos brasileiros e africanos*". É interessante notar que esta mesma retórica aparece nas discussões acerca da formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A lusofonia é constantemente mencionada como fator de integração entre Portugal e suas ex-colônias.

Mais uma vez, reafirma-se a "irmandade", mascarando-se o conflito, reproduzindo-se a ambigüidade que, acreditamos, fazendo nossas as palavras de Carlos Guilherme Motta, "*deve se combater com ações eficazes, mais que com retóricas diplomáticas, por si mesmas, preñhes de ambigüidades*".

Como consideração final, gostaríamos de colocar uma questão em debate: demonstrou-se, ao longo do texto, que a ambigüidade (ou o nome que se atribua às similitudes entre Brasil e Portugal) caracteriza as relações políticas entre os dois países. Contudo, em se tratando de relações pessoais, muitas vezes baseadas no parentesco, seria a irmandade apenas retórica? Acreditamos que não. Neste caso, sentimentos mais profundos entram em jogo, fazendo com que laços afetivos sejam ora reforçados ora desatados.

Referências bibliográficas:

FELDMAN-BIANCO, Bela

1995 - "Imigrantes portugueses, imigrantes brasileiros. Globalização, antigos imaginários e (re)construção de identidades (uma comparação triangular). Projeto de pesquisa. CNPq.

FOLHA DE SÃO PAULO

28/01/93;

31/01/93;

01/02/93;

17/02/93;

16/07/95.

FREYRE, Gilberto

1980 - *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2^a. ed.

GOMES, Artur Nunes

1998 - *Sob o signo da ambigüidade: configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.

JORNAL DO BRASIL

08/02/93.

REVISTA VEJA

08/08/90.

RIBEIRO, Gladys Sabina

1990 - *Galegos e pés de chumbo: o antilusitanismo no Rio de Janeiro na República Velha*. São Paulo, Brasiliense.

1994 - "Ser português ou ser brasileiro? Algumas considerações sobre o Primeiro Reinado". *Ler História*, 27-28 (1995), 103-123.

SANTOS, Boaventura de Sousa

1993 - "Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n^o. 38, dezembro.

SEYFERTH, Giralda

1995 - "Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". Rio de Janeiro, mimeo.

SILVA, Maria Manuela Ramos

1991 - "Ambição e horror à farda" ou a saga de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, segundo a *Gazeta Luzitana* (1883-1889). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

TURNER, Victor.

1974 - *Dramas, Fields and Metaphors*. London, Cornell University Press.

VIEIRA, Nelson

1991 - *Brasil e Portugal: a imagem recíproca*. Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

VOZ DE PORTUGAL

15/05/92;

25/03/94.

Documentação oficial:

BRASIL-PORTUGAL. Tratado regulando a isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade, de 26/09/1922.

BRASIL-PORTUGAL. Convenção de Emigração e Trabalho, de 26/09/1922.

BRASIL-PORTUGAL. Acordo postal para a redução de taxas na permuta de livros e jornais, de 18/10/1924.

BRASIL-PORTUGAL. Convenção ortográfica, de 29/09/1943.

BRASIL-PORTUGAL. Acordo de Cooperação Intelectual, de 5/12/1948.

BRASIL-PORTUGAL. Tratado de Amizade e Consulta, de 16/11/1953.

BRASIL-PORTUGAL. Acordo sobre Vistos e Passaportes, de 09/08/60.

BRASIL-PORTUGAL. Convenção sobre Igualdades de Direitos e Deveres, de 7/7/1971.

BRASIL-PORTUGAL. Acordo sobre Dominação Turística, de 03/02/1981.

BRASIL-PORTUGAL. Protocolo para desenvolvimento de Programa de Comemoração do 5º Centenário do Descobrimento do Brasil, de 07/04/1991